

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NA CIDADE DE GOIÁS (*).

MARIA AUGUSTA DE SANTANA MORAES
do Departamento de Geografia e História do Insti-
tuto de Ciências Humanas e Letras da Universidade
Federal de Goiás.

1. — CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS E O PRINCÍPIO REPUBLICANO.

Ao se apagar o século das luzes, a economia aurífera goiana apresentava-se decadente. No ano de 1728 a Fazenda Real regalou-se com o recebimento de quarenta e uma arrobas de ouro referentes ao quinto; em 1779, para desencanto da Coroa, a arrecadação manteve-se no nível de seis arrobas; em 1820 não alcançou uma arroba, colocando-se assim no esquema de uma economia improdutiva.

Vivia, então, Goiás período de transição para a agro-pecuária, circunscrita nos primeiros tempos a uma produção de subsistência, ocorrendo uma defasagem em todos os setores de sua vida, cujos efeitos se refletiriam no transcorrer do século XIX: diminuição da população, desaparecimento de vilas, ruralização da sociedade, regressão cultural, estradas abandonadas, antes batidas por comerciantes abastados, decadência do fluxo comercial, ausência de capitais, desaparecimento da moeda corrente, enfim, registrou-se uma indianização dos grupos brancos onde as populações sertanejas formaram ilhas demográficas, desvinculando-se dos hábitos da civilização, entregando-se a um operar de subsistência.

George Gardner, viajante do século XIX, tece um quadro negro dos habitantes da Província. Afirma que parte dos habitantes que aqui permaneceu viveu em penúria, sem assistência do governo, com casas ruindo, sem armas para defesa, entregue à ociosidade,

(*) . — Comunicação apresentada na 1ª sessão de estudos, Equipe B, no dia 3 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

sem mercado para o excedente da produção. Regrediu à civilização anterior, alimentando-se de caça, pesca, frutas e mel silvestre. Perdeu até a hábito de vestir-se (1).

Padre Luis Palacin em *Goiás 1722-1822*, analisa a nova conjuntura da região advinda da decadência das minas

“... é a ruralização da vida; de uma população radicada, quase exclusivamente, em centros urbanos — por pequenas que estas fossem — passa-se a uma dispersão atomizada da população pelos campos. Realizada a transmutação, por toda a geografia de Goiás na segunda década do século XIX, encontram-se carcaças de antigas povoações mineiras outrora cheais de vida, o capim cresce nas ruas, a maior parte das casas abandonadas por seus habitantes se desmancham, e até as igrejas, a começar por suas torres, vão caindo aos pedaços...” (2).

A fim de não causar espécie um quadro tão desolador, é bom que se ressalte que todo o apogeu de Goiás — fase aurífera — foi contemporâneo, uma vez que o ouro antecipou

“século e meio ou dois séculos o processo natural de penetração para o interior” (3).

Ora, era natural que minando seu fluxo a realidade se estampassse. Tanto é que além das consequências óbvias pouco ficou do período aurífero em Goiás. Algumas cidades como Goiás, Pirenópolis, trazem traços do valor dessa época, mas, nenhuma cultura artística e literária substancial como a de Minas, aqui se desenvolveu. O que se pode constatar pelo seu barroco pobre e inexpressivo.

A situação geográfica de Goiás, dando as costas para as Províncias, a insuficiência e precariedade das vias de comunicações, bem como a decadência dos centros urbanos, a ruralização progressiva da sociedade, educação embrionária, pequeno desenvolvimento populacional, ausência de mercados para a produção agrícola, má qualidade da pecuária, são fatores que vão condicionar Goiás século XIX a não participar do processo de modernização do Brasil, manifestado desde os anos de 1850 e florescente a partir de 1870.

(1). — Gardner (George), *Viagens no Brasil, principalmente nas Províncias do Norte e no Distrito de ouro e diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo. 1942, p. 162-163.

(2). — Palacin (Pe. Luis), *Goiás, 1722-1822*, p. 157.

(3). — *Ibidem*, p. 142.

O movimento republicano que ganhou expressão pela nova conjuntura sócio-econômica do Brasil, reflexo das transformações ocorridas em sua estrutura, surgimento de uma nova classe produtora (cafeicultores), imigração, industrialização, urbanização, afirmação de novas forças sociais, teve na Província de Goiás uma conotação de eco amortecido, justamente porque suas condições não se enquadravam àquelas áreas progressistas do país.

O desenvolvimento populacional de Goiás século XIX foi significativo para o contexto do país. No evento da República nossos habitantes somavam 227.284, para uma população nacional superior a 14 milhões de habitantes. Não será exagero afirmar que três centros urbanos merecem referência: Goiás, Pirenópolis e Jaraguá. A população, na sua maioria inculta, concentrada nas fazendas, isolada, sem meios de comunicações, ignorava o processo histórico brasileiro.

Nem mesmo os partidos monárquicos — Liberal e Conservador — aqui se estruturaram nos primeiros tempos do Império. Com a Independência não ocorreu a descolonização, instalou-se um verdadeiro oficialismo político. O Presidente nomeado, sem vínculos com a Província, manipulava a política, dispunha e impunha-se sobre a Assembléia Legislativa, vereança e eleitores. A falta de independência política de Goiás traduzia-se pela expressão “burgo podre”, pela qual era nossa Província conhecida. Afirmava-se

“have: em Goiás um só eleitor — o Presidente da Província”.

Não obstante essas vicissitudes econômicas e políticas, grupos locais, remanescentes de antigas famílias mineiras e que buscaram seu burilamento cultural em Centros mais adiantados como São Paulo e Rio de Janeiro, a partir do último lustro da década de 70, passam a manifestar insatisfações à administração do país. Responsabilizam a monarquia centralizadora por todos os males da Província. Aparecem no cenário político de Goiás, através da imprensa, críticas e oposição aos “presidentes estrangeiros”, condenam o Poder Moderador, acusam a Guarda Nacional de seus fins eleitoreiros, condenam o trabalho escravo, abraçam a federação, dentro do Princípio Monárquico. Aspiram o desenvolvimento da Província. Lutam pela extensão dos trilhos a Goiás, navegação a vapor do Araguaia-Tocantins, reforma de ensino em moldes comteano, melhoria no sistema viário, aprimoramento do rebanho, imigração. São lutas surdas no âmbito nacional, mas que despertam em Goiás o desejo à autonomia administrativa.

va, do progresso e da reforma das instituições monárquicas. Estruturaram-se, assim nos primeiros anos da década de 80 os partidos Liberal e Conservador, cujos líderes tiveram como objetivo enfeixar nas mãos o poder político, o que de fato ocorreu com o fluxo e refluxo dos Ministérios que ascenderam ao poder no transcorrer desta década.

O princípio de legitimidade arraigado na mentalidade dos goianos e o interesse de mando impediram que abraçassem o ideal republicano, principalmente os liberais radicais que chegaram às portas da república.

*

2. — MANIFESTAÇÕES REPUBLICANAS NA PROVINCIA DE GOIÁS.

Insatisfações políticas locais, ocorridas entre as famílias Bulhões e Alves de Castro, integrantes do Partido Liberal, provocaram a primeira manifestação republicana em Goiás. Foi uma manifestação inconsistente. Fundou-se em 1882 o jornal *O Bocayuva*, cujos princípios expressos, estão em consonância com o Manifesto de 1870. *Bocayuva* foi uma divisa para os republicanos de Goiás: sempre moderados e evolucionistas. Receberam certa influência comitênea, mas não foram ortodoxos. Identificavam-se com os liberais radicais, não só pelas injunções familiares, como pelos princípios, colocando-os mal na esfera nacional, pela convicção positivada:

“republicanos aliados a liberais ou há de ser mau republicano, ou há de ser mau liberal” (4).

Manuel Alves de Castro Sobrinho, fundador de *O Bocayuva*, era remanescente de uma família de destaque na Província, mas seu tronco encontrava-se em decadência. Podemos enquadrá-lo no nível de classe dominante destituída.

Quando circulou pela primeira vez o *Bocayuva*, a *Tribuna Livre* teve elogios à

“sua firmeza e inteireza de caráter”

e numa veia irônica atribuiu ao correligionário de ontem

“sinceridade de crenças e extrema dedicação a elas”,

(4). — Bohrer (George), *Da Monarquia à República — História do Partido Republicano do Brasil, 1870-1889*, Rio de Janeiro, p. 127.

bem como lamentou

“que as contingências da vida lhe não permitiram a aquisição de alto grau de cultura” (5).

Passados os ressentimentos e mágoas políticas o *Bocayuva* depois de circular sete vezes, e sem condições econômicas de se manter, desapareceu sem maiores explicações.

Reapareceu no ano seguinte sob os auspícios ideológicos de Guimarães Natal, que trouxe, para Goiás, após bacharelar-se em São Paulo, toda a efervescência revolucionária dos grandes centros brasileiros. Foi inquestionavelmente o líder republicano goiano, o agitador da época ou o subversivo de hoje.

As condições de vida de nosso republicano histórico permitem identifica-lo na nascente classe média da sociedade goiana. Orfão de pai, sua mãe, sem condições de sustentar seu estudos superiores, buscou e encontrou auxílio financeiro com seu padrinho que o custeava em São Paulo (6).

No entanto, o bacharelado tão raro na terra anhanguerina, o ingresso no clã bulhônico pelo casamento, parentesco com o latifundiário Antônio José Caiado, filiaram-no à classe dominante.

As atividades profissionais de outros republicanos de Goiás eram as seguintes: Bernardo Antônio de Faria Albernaz, homem de cultura e pequeno comerciante, Luiz Guedes Amorim, português, também comerciante, Floriano Florambel, jornalista, Augusto Alves de Castro, oriundo de camadas senhoriais, mas que perdera *status* econômico, Pedro Santerre, comerciante, Eduardo Socrates, José Xavier de Almeida e Artur Povia, estudantes, e Paes Lemes e Eugênio Rodrigues Jardim, jovens militares.

Não existia na Província, ainda no transcorrer da década de 80, uma consciência de classe média. O que observamos em nossas pesquisas é uma luta daqueles que não se enquadrando nas famílias tidas e havidas como tradicionais, buscavam identificar-se com os valores do grupo dominante, ou a ele se ligar, através dos casamentos ou apadrinhamentos.

(5). — *A Tribuna Livre*, Goiás, 11 de março de 1822.

(6). — Entrevista de D. Lavinia Guimarães Natal, filha de Guimarães Natal, São Paulo, janeiro de 1972.

Salvo maiores estudos as manifestações republicanas de Goiás, ocorridas no transcorrer da década de 80, ligam-se a um movimento impulsionado por elementos de condições de vida que se enquadram nos padrões médios.

Os republicanos de Goiás representavam uma célula da elite de letrados, somada a pequenos comerciantes da Província. Suas atuações nem sempre foram contínuas. Foram, quase sempre, oportunistas em sua propaganda e nunca alcançaram expressão eleitoral.

As fases do Clube Republicano de arrefecimento e recrudescimento estiveram condicionadas à posição e atuação de Guimarães Natal, talvez o nosso único republicano convicto.

Nos fins de 1883 o partido quase desapareceu. Guimarães Natal, premido pelos encargos de família, viu-se na contingência de aceitar os cargos de Juiz de Orfãos e Juiz Substituto da Comarca da Capital, que seus cunhados Bulhões, detentores do poder político, tinham lhe oferecido. Embora

“continuasse convicto em sua crença”,

afastou-se do movimento subversivo, a fim de não prejudicar José Leopoldo de Bulhões na política nacional.

O período áureo da campanha ocorreu entre os anos de 1885-87, espaço de tempo em que os liberais estiveram aliados do poder, e os republicanos de Goiás se integraram como o Partido Central do Rio de Janeiro.

Guimarães Natal, perseguido pelos conservadores, juntamente com Paes Lemes, intensificou o movimento aliciador. Fundou *O Brasil Federal*, que, não obstante, circulou poucas vezes. Mas sob forma remunerativa os republicanos de Goiás passaram a usar uma das páginas do *Publicador Goyano*, em secção que se intitulou *Campo Neutro*, expondo ora as idéias radicais de Silva Jardim, ora o pensamento moderado de Quintino Bocayuva.

Entre os anos de 1888 e 1889 o Movimento Republicano de Goiás esboroa-se. O Partido sofre evasões, como a de Bernardo Antônio de Faria Albernaz, que ingressou no Partido Liberal. Guimarães Natal em difícil situação financeira abandonou, mais uma vez, o campo de luta. Ouro Preto, empenhado em renovar e solidificar a estrutura monárquica, negou sua nomeação para juiz de Direito, alegando ser

“um republicano intransigente” (7),

não obstante, haver intercedido a seu favor Leopoldo de Bulhões, recém-eleito deputado à Câmara Alta e mandatário da política de Goiás.

O 15 de novembro encontrou-o na obscuridade, residindo com a família em uma fazenda, adquirida em sociedade com seus cunhados — os políticos liberais Bulhões, que desde muito afirmaram seu próprio mando na Província.

*

3. — CONJUNTURA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE GOIÁS NO MINISTÉRIO OURO PRETO.

Em Goiás, após a estruturação dos chamados Partido Liberal e Conservador, que não eram realmente partidos políticos, mas facções rivais, ambas com o objetivo de fundar sua preponderância na política local sob o sofisma de que o simples fato de se discernirem os partidos políticos na Província implicava na libertação de uma política primitiva

“onde as idéias são precedidas pelos nomes próprios e a opinião coletiva da sociedade pelas influências pessoais” (8).

No entanto, essas agremiações não representaram iniciação a uma política de idéias e princípios, e sim a caracterização do mandonismo dos grupos locais, da prepotência e arrogância de seus membros, de uma política de jogo, em que o importante era ganhar, das pressões políticas, das fraudes eleitorais, antes executadas pelos Presidentes, e agora empalmadas pelos integrantes dos partidos, nascidos para a moralização dos costumes políticos.

Projetaram-se no cenário goiano e depois no nacional — os Bulhões, políticos liberais, que pelas condições econômicas e culturais, dominaram o poder desde os últimos anos da década de 70. É óbvio que seu mandonismo, ou o fulcro de seu poder estava condicionado aos interesses dos chefes políticos do interior, — os coroneis e à subserviência da política Ministerial. Mas, mesmo quando se processava o revezamento dos Ministérios, e não conseguiam representar-se à Câmara Alta, pouco prestígio perdiam na esfera regional .

(7). — Silva (Eurídice Natal), *Traços Biográficos de Guimarães Natal*, p. 7.

(8). — *A Tribuna Livre*, Goiás, 21 de janeiro de 1822.

Com a ascensão de Ouro Preto ocupou a Presidência da Província, Montandon, preposto dos interesses dos Bulhões que foram também eleitos à Câmara Alta; ocorreu a marginalização dos conservadores, expulsos de seus empregos, sofrendo pressões políticas e ataques jornalísticos; republicanos acéfalos, sem condições econômica de empreenderem suas campanhas e pressionados pelo Vice-Presidente Antônio José Caiado e delegado Pereira que os proibiram, sob ordem de Ouro Preto, de qualquer manifestação pública em prol do ideal revolucionário. Nem mesmo os inocentes vivos à República antes tão comum eram permitidos. O partido inexpressivo em ideologia e número estava sob impacto da conjuntura da política nacional, sofrendo evasões.

Sob aspecto econômico-financeiro era bem pouco alentadora a situação da Província. O Grupo bulhônico ao reassumir sua direção (4 de agosto de 1889), lastimou haver entregue a administração, em 1885, aos conservadores com saldo superior a 50 contos e que agora recebem-na onerada com dívida superior a 100 contos e sem fundos para pagar o funcionalismo (9).

Politicamente, liberais e conservadores empenhavam-se na luta pela federação e imigração. O fato do vice-presidente Antônio José Caiado, identificado com os interesses agrários, fazer da imigração seu programa administrativo, leva-nos a concluir que a abolição, embora encontrasse em Goiás menos de 5 mil cativos, causou impacto na produção agro-pastoril.

Como Goiás ainda não tinha telégrafo, a notícia da Proclamação da República chegou, em caráter extra-oficial no dia 28 de novembro. O *Goyaz*, no dia seguinte, fazia temerosa e pálida alusão ao movimento revolucionário, sob condição de se aguardar “confirmação de tão graves acontecimentos”. A notícia causou receios nas hostes políticas, surpresa geral da população, passando a reinar na cidade de Goiás certa agitação. Os liberais, desarmados sem a presença de Leopoldo de Bulhões, que se encontrava a caminho da Côrte, para tomar assento na Câmara Alta, buscavam uma solução junto ao Presidente Montandon, a fim de salvar suas prerrogativas de mando e poder. Diante das opções que se lhe afiguraram decidiram pela resistência à implantação da República. Com este intuito armazenaram 30.000 cartuchos... (?) (10). Os conservadores responsabilizaram a política de Afonso Celso pelo aniquilamento da monarquia. Mas, alijado como estavam do contexto político, sen-

(9). — *Goyaz*, Goiás, 6 de julho de 1889.

(10). — *Gazeta Goyana*, Goiás, 10 de janeiro de 1891.

tiram, na nova da Proclamação, a oportunidade de ascender ao poder. Foram os primeiros a aderirem ao novo regime, embora o líder local Cônego Inácio Xavier da Silva não tenha aceito algumas inovações republicanas, consideradas lesivas ao interesse clerical e heréticas. Os republicanos, na pessoa de Guimarães Natal, estiveram com Montandon em palácio, cujos entendimentos não foram divulgados.

*

4. — ACLAMAÇÃO DE GUIMARÃES NATAL.

Confirmada a notícia dos acontecimentos que se deram no Rio de Janeiro, pelo Correio de 1.º de dezembro, o presidente Montandon convidou liberais, membros do Tribunal da Relação, chefe de Polícia, Revm.º Bispo D. Cláudio Ponce, para juntos, em Palácio, procurarem solucionar a situação política local. Após horas de discussão, o presidente deliberou conservar-se no cargo, à espera de um pronunciamento do Governo Provisório Nacional (11).

Simultaneamente a esta reunião de cúpula, os membros do diretório republicano: Dr. Guimarães Natal — Presidente, Soares da Maya — Vice-Presidente e Luiz Guedes Amorim — secretário, convidavam o povo para uma reunião na Praça do Palácio, à qual compareceu curiosamente, boa parte da população. O partido republicano aclamou, naquela oportunidade (1.º de dezembro), a Guimarães Natal Presidente do Estado. Ele procurou explicitar, aos correligionários, as inconveniências daquela aclamação, não só porque feria os princípios democráticos, como também, porque as

“circunstâncias políticas do momento aconselhavam, de preferência a escolha de uma junta governativa. Os laços de parentesco que o ligavam aos liberais, senhores de todas as posições desse tipo, poderiam constituir obstáculos à política larga de fusão de todos os elementos políticos dos velhos partidos monárquicos...” (12).

Guimarães Natal conduziu a reunião, discorrendo sobre os fatos ocorridos na então Capital da República, que

“colheu de surpresa a todos os governos Provinciais” (13).

(11). — *Gazeta Goyana*, Goiás, 10 de janeiro de 1891.

(12). — Silva, Euridice Natal, *op. cit.* p. 9.

(13). — Curado (Sebastião Fleury), *Três Memórias Históricas*. São Paulo. 1936. p. 60.

A palavra continuou com o Major Alexandre de Cerqueira Caldas, presidente da Câmara Municipal, que

“aclamou, em nome do povo, um governo provisório composto dos Drs. Joaquim Xavier Gimarães Natal, José Joaquim de Souza e Major Eugênio Augusto de Mello. Fez então o Dr. Natal a Proclamação da República e levantou entusiásticos vivas à Nação Brasileira, à República, à Armada e a Província de Goyaz” (14).

No ato de encerramento da reunião executou-se a Marselhesa. Em seguida, os membros do governo provisório, acompanhados pelos que se encontravam presentes, desfilaram pela principais ruas da cidade. Dispersos os participantes da reunião e da passeata cívica, os aclamados dirigiram-se ao Sr. Presidente, que, então, lhes comunicou o que fora previamente decidido em reunião palaciana.

Não aceitaram esta decisão o grupo republicano e alguns vereadores. O presidente da Câmara, Major Alexandre de Cerqueira Caldas, convocou uma reunião extraordinária (emboia conste na ata como reunião ordinária) para o dia 5 de dezembro, que se realizou em uma das salas do Palácio. Presentes estavam o Dr. Montandon, bispo D. Cláudio, outras autoridades e populares, que, pelos boatos alarmantes que “corriam de boca em boca”, se mostravam apreensivos à mercê dos acontecimentos.

A sessão foi aberta com a moção apresentada pelo vereador Augusto Alves de Castro, na qual declarava:

“tendo sido proclamada ra Capital do Brasil, como forma de governo dos Estados Unidos do Brasil a República Federativa, esta Câmara adere á Proclamação do Governo Provisório da República e reconhece como governadores de Goyaz, os cidadãos Bacharel Joaquim Xavier Guimarães Natal, Dr. José Joaquim de Souza e Major Eugênio Augusto de Mello que receberão o governo do actual governador, Dr. Eduardo Augusto Montandon” (15).

Era um ultimatum ao presidente liberal, que, sob visível indignação considerou sua missão terminada e entregou o governo à Junta aclamada.

(14). — *Goyaz, Goiás*, 13 de dezembro de 1889.

(15). — Curado, Sebastião Fleury, *op. cit.* p. 64.

Tumultuou-se a reunião. Os cidadãos Francisco de Paula Alveólos, José Feliciano Rodrigues de Moraes, Francisco Viana e outros protestaram contra a Junta Governativa que, a seu ver, representava a continuação do grupo bulhônico no poder. Montandon retirou-se do recinto. Dom Cláudio viu-se obrigado a assumir a Presidência, na tentativa de acalmar os ânimos. Os protestos agressivos, embora justos de Alveólos, culminaram com sua prisão, decretada pelo Major Eugênio de Mello, membro do Governo Provisório. E, como todos falavam e ninguém se entendia, foi a sessão abruptamente encerrada por D. Cláudio. Os jornais da época afirmam que a notícia da derrocada da monarquia causou surpresa geral e que o

“movimento fora rápido como um raio fulgurante”.

Os Bulhões aderiram incontinentemente à República, afirmando que não cogitavam da forma de governo em si, desde que ela implantasse a federação no Brasil (16).

Os diretores do partido liberal e conservador prestaram solidariedade ao Governo Provisório do Estado; também adesões individuais e coletivas dos diferentes municípios foram comunicadas.

Na história política de Goiás, não faltaram os sebastianistas. André Augusto de Pádua Fleury morreu monarquista e João da Rocha Vidal, que, por muitos anos, fora redator do *Correio Oficial*,

“jamais aderiu á República, dando excepcional prova de firmeza de convicção e fé política. Falleceu muitos annos depois da República cartecendo com Taunay e sempre esperançado na volta do D. Sebastião” (17).

O governo Provisório do Marechal Deodoro nomeou para

“governador do Estado de Goyaz o cidadão Tenente-coronel Bernardo Vasques, comandante do 1º Regimento de artilharia a cavalo” (18).

Esse presidente não chegou a tomar posse, pois os Bulhões intercederam junto ao governo Provisório, na esperança de que se decretassem eleições livres, ou, então, que se escolhesse um elemento do seu clã para Presidente de Goiás. Depois de vencerem alguns períodos que lhes foram adversos, a República lhes ofereceu esta realização.

(16). — *Goyaz*, Goiás, 13 de dezembro de 1889.

(17). — Curado, Sebastião Fleury, *op. cit.*, p. 50.

(18). — *Goyaz*, Goiás, 13 de dezembro de 1889.

* *
*

CONCLUSÃO.

Guimarães Natal, que ingressara no clã bulhônico pelo casamento, ofereceu maiores facilidades aos oligarcas Bulhões, para, na República, perpetuarem-se no poder. Os dirigentes de Goiás República serão os mesmos de Goiás Império, sem o inconveniente do revezamento de liberais e conservadores, imposto pelo fluxo dos ministérios .

As transmutações serão apenas de cúpula administrativa, como federação e pseudo-democratização; a conjuntura sócio-econômica permanecerá intocável. Somente vai sofrer pequenos abalos, muitos anos depois, com os reflexos da Revolução de 30 e, em especial, o advento de Goiânia.

* *
*

INTERVENÇÕES.

Da Prof.^a *Helga I.L. Piccolo* (UFRGS).

Indaga quais foram as influências comteanas no movimento republicano em Goiás.

*

Da Prof.^a *Gilka V. Ferreira de Sales* (IFCHL/UFGO).

Perguntou: como a Autora explica o fato de Guimarães Natal, um subversivo, ser agraciado com cargos públicos em época de decisões políticas como o movimento da República?

*

Da Prof.^a *Maria de Souza França* (IFCHL/UFGO e UCGO).

Solicita da Autora algumas características da fase aurífera em Goiás.

*

Da Prof.^a *Déa Ribeiro Fenelon* (Faculdade Ibero-Americana de Ciências e Letras. SP).

Solicita da Autora:

a). — Um maior rigor na caracterização da sociedade goiana no período. Seria possível falar em “classe média”?

b). — Informações mais detalhadas sobre Guimarães Natal, classificado pela Autora como “o único a ter ideologia”. Como seria isso possível?

* *
*

RESPOSTAS DA PROFESSORA MARIA AUGUSTA DE SANTANA MORAES.

À Prof.^a *Helga I. L. Piccolo*.

“O movimento Republicano de Goiás não é rico da influência comteana, como se acontecer com o Estado natal da Colega que ora nos interpela — Rio Grande do Sul — cujos reflexos se se fazem presente no transcorrer da República Velha.

Durante a nossa pesquisa verificamos que a influência dos princípios de Augusto Comte se fez sentir mais no tocante às reformas de ensino, embora livrescamente”.

*

À Prof.^a *Gilka V. Ferreira de Sales*.

“Encontramos essa explicação no casamento de Guimarães Natal no clã bulhônico, detentor do poder político quando nas mãos dos Liberais. As nomeações nunca ocorreram quando dominavam os Conservadores”.

*

À Prof.^a *Maria de Souza França*.

“O ouro antecedeu um século e meio à penetração nos sertões de Goiás. Povou e explorou as riquezas da terra, mas não fixou o homem branco. Após o seu desaparecimento, grande parte da população abandonou a terra; a outra, que lá permaneceu, recuou para as fazendas, auto abastecendo-se. Vilas e arraiais entraram em decadência, muitas desapareceram.

O ouro não desenvolveu uma cultura substancial, o que hoje pode-se verificar pelo legado das Igrejas”.

*

À Prof.^a *Déa Ribeiro Fenelon*.

“1. — O estudo da sociedade goiana representa um desafio aos sociólogos. No entanto, considerando a documentação que manuseamos, “salvo maiores estudos”, como consta do texto, os republicanos históricos não se enquadravam na classe dominante.

2. — Talvez não tenhamos nos expressado com fidelidade. Nossa intenção era apenas ressaltar que Guimarães Natal era “o mais convicto dos republicanos”.